



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOSÉ JUNIOR PINHEIRO BANDEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A REALIDADE DA EMEIEF MARIA DO CARMO
GONÇALVES – BOM JESUS –PB.**

CAJAZEIRAS - PB

2017

JOSÉ JUNIOR PINHEIRO BANDEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A REALIDADE DA EMEIEF MARIA DO CARMO
GONÇALVES – BOM JESUS –PB.**

Trabalho de conclusão de curso - TCC
apresentado ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Campina Grande
(UFCG) como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Geografia, sob a orientação da Profa. Dra.
Cícera Cecília Esmeraldo Alves.

CAJAZEIRAS - PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

B214e Bandeira, José Junior Pinheiro.
Educação inclusiva: a realidade da EMEIEF Maria do Carmo
Gonçalves - Bom Jesus - PB / José Junior Pinheiro Bandeira. - Cajazeiras,
2017.
63f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2017.

1. Educação inclusiva. 2. Necessidades educacionais especiais. 3.
Formação continuada. 4. Escolas regulares - alunos especiais. I. Alves,
Cícera Cecília Esmeraldo. II. Universidade Federal de Campina Grande.
III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

JOSÉ JUNIOR PINHEIRO BANDEIRA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A REALIDADE DA EMEIEF MARIA DO CARMO
GONÇALVES – BOM JESUS –PB.**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia a comissão julgadora da Universidade Federal de Campina Grande.

Aprovada em: ____/____/____

Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (Orientadora)
Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo
Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Profa. Dra. Firmiana Santos Fonseca Siebra
Departamento de Geociências
Universidade Regional do Cariri (URCA)

CAJAZEIRAS - PB

2017

Dedico esta monografia aos meus pais: Maria Pinheiro Bandeira e Antônio Bandeira Gomes por todo incentivo e dedicação, pois foi fundamental para que pudesse enfrentar todos os desafios durante toda a Graduação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que possibilitou vivenciar esse sonho sempre me dando força e saúde para enfrentar as dificuldades ao longo do meu percurso acadêmico.

Aos meus pais, Maria Pinheiro Bandeira (Leida) e Antônio Bandeira Gomes, por toda a dedicação a mim mesmo nos momentos de mais dificuldade, pois nunca mediram esforços para que pudesse ter todas as condições necessárias para me tornar um homem de bom caráter que me tornei. Amo vocês.

A minha orientadora, Professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, por a toda dedicação, paciência, disponibilidade e incentivo durante o processo de realização deste trabalho, além de todos os seus ensinamentos que foram e serão sempre significativos para minha vida acadêmica e profissional, meu muito obrigado.

As minhas amigas Nathália Cardoso e Ranyelly Neves por todo o apoio, compreensão e incentivo. Agradeço especialmente a Renato Bruno, por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis. Obrigado pela força e o carinho.

A Rachel Sousa por estar ao meu lado durante todo o desenvolvimento do trabalho, sempre disponível a me ajudar no que fosse preciso, meu muito obrigado.

A todos os meus colegas da Turma de Geografia 2012.2 pelo aprendizado que adquirimos durante esses anos, pela troca de experiências e os momentos bons e ruins que vivenciamos juntos.

Agradeço aos professores, Membros da Banca Examinadora, Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo e Profa. Dra. Firmiana Santos Fonseca Siebra pela disposição em avaliarem este trabalho.

A todos os professores do Centro de Formação de Professores (CFP) os quais contribuíram a minha formação, pois seus ensinamentos e experiências foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize.

Boaventura Santos

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – A concepção dos professores acerca da Educação Inclusiva.....	36
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Professores que possuem experiência com alunos que apresentassem necessidades educacionais especiais.....	38
Gráfico 02 - A formação dos professores contempla as competências necessárias para lidar com a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?.....	39
Gráfico 03 - Sugestões dos professores para que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais seja mais significativa.....	42

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - Mapa de Localização da E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves.....34

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

E.M.E.I.E.F – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental

PPP – Projeto Político Pedagógico

CFP – Centro de Formação de Professores

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

PNE- Plano Nacional da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CSIE - Center for Studies on Inclusive Education.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

RESUMO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um grande desafio, porém observa-se que atualmente já existe um grande avanço em relação ao passado quanto à inclusão dos mesmos. Entende-se que é necessário que todos estejam nas escolas, pois, a Educação é um direito de todos. A Educação Inclusiva tem como prerrogativa a busca por uma educação de qualidade, então a escola regular entra como uma parceira em busca desse ensino, apresentando meios pelas quais as diferenças sejam utilizadas como algo que enriqueça a Educação. A escola deve ser um ambiente que acolha todas as diferenças, sempre buscando as melhores alternativas para desenvolver a capacidade dos alunos. Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular na EMEIEF Maria do Carmo Gonçalves. Para atingir o objetivo geral atentaremos aos objetivos específicos: Entender como se configura a Educação inclusiva no ensino regular, identificar a prática do professor para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e analisar a opinião dos professores a respeito da formação docente para se trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Quanto à metodologia aplicada, os procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, tendo uma abordagem quali-quantitativa. Foi desenvolvido um questionário como instrumento de coleta de dados com 08 professores da escola. Como referencial teórico utilizou-se Almeida (2013), Moran (2011) Oliveira (2008), Carvalho (2005), Durkheim (1955) entre outros. Diante das respostas dos sujeitos, compreende-se que é importante o professor ter uma formação adequada e continuada, para que assim, possa ser significativa quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Evidencia-se a necessidade de um maior apoio por parte de todos os agentes da escola, um dando suporte ao outro, perante o desafio da inclusão.

Palavras chave: Ensino regular, Formação continuada, necessidades educacionais, ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The inclusion of students with special educational needs is a big challenge, but it is observed that there is already a great advance in relation to the past regarding their inclusion. It is understood that it is necessary for all children to be in schools, because education is a right of all. Inclusive Education has as its prerogative the search for a quality education, then, the regular school enters as a partner in search of this teaching, presenting means by which the differences are used as something that improves the education. The school must be an environment that welcomes all differences, always seeking the best alternatives to develop the students' capacity. This work aims to understand the process of inclusion of students with special educational needs in regular education in E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves. To achieve the general objective of this research, we will consider the specific objectives, that are: understand how Inclusive Education is configured in regular education; identify the teacher's practice for the inclusion of students with special educational needs; and analyze teachers' opinions about teacher education for working with students with special educational needs. About the applied methodology, the technical procedures are bibliographical research and field research, having a quali-quantitative approach. A questionnaire was developed as an instrument of data collection with 08 school teachers. As theoretical reference was used Almeida (2013), Moran (2011) Oliveira (2008), Carvalho (2005), Durkheim (1955) among others. Faced with the subjects' responses, it is understood that it is important for the teacher to have adequate and continuous formation, so it can be meaningful for the inclusion of students with special educational needs in regular education. It is evident the need for greater support from all the school agents, one supporting each other, facing the challenge of inclusion.

Keywords: Regular education, Continuing formation, educational needs, teaching-learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE.....	17
2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE É?.....	19
2.1.1 OBJETIVO E ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNE- PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO).....	20
2.1.2 LEGISLAÇÃO.....	22
2.2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR.....	26
3.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	28
3.2 O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR.....	30
4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NA ESCOLA MARIA DO CARMO GONÇALVES – BOM JESUS – PB.....	31
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	34
5. CONSIDERAÇÕES.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICES.....	48
ANEXOS	53

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, é perceptível o interesse pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais perante uma sociedade que está buscando a igualdade, visto que, com essa inclusão se possibilita uma inclusão social impulsionando na diminuição das desigualdades.

A educação inclusiva dentro da escola deve transformá-la em um espaço onde todos tenham um lugar, devendo favorecer uma diversidade, pois todos tem o direito à educação, sendo a escola um meio de transformar as pessoas, incentivando a construção da cidadania. A Educação inclusiva é importante porque educa os alunos no mesmo espaço escolar, fazendo com que desconstrua a ideia de que incluir esses alunos seja um “problema”.

Como afirma Neri (2003, p. 111):

A educação inclusiva não é apenas a simples colocação de alunos em sala de aula; significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambientes onde os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença.

Embora a Educação inclusiva já tenha tido um grande avanço, ainda existem grandes dificuldades, como a má formação dos professores, que muitas vezes não estão preparados para receber todos os alunos com igualdade e qualidade. Cabe então, aos docentes sempre buscar uma melhor formação, atualizando suas práticas e as adequando conforme a realidade da sala de aula, para que possa atender aos alunos sem excluí-los.

O professor tem um papel relevante quanto à inclusão dos alunos nas salas de aula, pois devem ter uma preparação pedagógica para encarar os desafios que encontrarão. O docente precisa disponibilizar atividades nas quais os alunos com necessidades educacionais especiais façam realmente parte do processo de ensino-aprendizagem. Partindo da concepção de que o professor é peça chave para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, possibilitou o desenvolvimento desse trabalho monográfico, intitulado: A Educação inclusiva no ensino regular: A realidade da EMEIEF Maria do Carmo Gonçalves – Bom Jesus-PB, com o objetivo de compreender o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Para abranger o objetivo geral atentaremos aos objetivos específicos: Abordar a questão da Educação inclusiva no Ensino Fundamental; Identificar a contribuição da prática pedagógica do professor para a inclusão de

alunos com necessidades educacionais especiais e analisar a opinião dos professores a respeito da formação docente para se trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Os sujeitos participantes dessa pesquisa foram os professores da E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves localizada na cidade de Bom Jesus – PB.

Quanto à metodologia para a realização do trabalho desenvolvemos as pesquisas de campo e bibliográfica. Entende-se por pesquisa de campo:

Aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisa-los (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Já a pesquisa bibliográfica entende-se como:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Em relação à abordagem das informações obtidas, os mesmos foram analisados perante uma abordagem quali-quantitativa, visto que essas duas abordagens se complementam, uma dando suporte à outra.

Para Oliveira (2008) a abordagem qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar significados e características do resultado das informações através de entrevistas ou questões abertas. A presente pesquisa está de acordo com essa abordagem, pois procura analisar opiniões, porém, também está pautada numa abordagem quantitativa, porque podem ser retirados dados quantitativos dos questionamentos realizados.

Vários autores foram utilizados para a fundamentação, no qual podemos citar: Almeida (2013), Bayer (2005), Barbosa (2004), Carvalho (2005), Durkheim (1955), Freire (2008), Gerhardt (2001), Lima (2006), Mazzotta (1996), Moran (2011), Neri (2003), Oliveira (2008), seus estudos foram bastante significativos para a realização desse trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida com 08 professores da instituição no qual foi empregado um questionário com 09 questões subjetivas, os dados coletados são analisados sob a perspectiva de alguns autores que fundamentam a pesquisa.

O interesse pelo tema surgiu a partir da compreensão de que a Educação inclusiva se torna uma atividade desafiadora para os professores, pois são encontradas em sala de aula muitas diferenças, sendo um espaço heterogêneo, dificultando então, a sua prática pedagógica, tornando-se de grande responsabilidade o trabalho a ser desenvolvido pelo professor. Durante a realização dos estágios, os quais dois deles aconteceram na mesma escola que é a área de estudo, surge a curiosidade em saber como o professor desenvolve o seu trabalho para que haja a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, além de ser a escola na qual estudei durante todo o Ensino Fundamental, possuindo uma identidade com a mesma.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações. No primeiro capítulo foram abordadas questões da educação na contemporaneidade nos mostrando algumas abordagens em que a educação na atualidade se encontra, foi ressaltada também a conceituação de educação inclusiva apresentando os seus objetivos e a sua legislação. Finalizando este capítulo foi apresentado sobre a escola no contexto da educação inclusiva, quando mostra o papel desafiador das instituições em acolher as crianças com necessidades educacionais especiais e torna-las parte do processo de ensino-aprendizagem.

O segundo capítulo traz prerrogativas sobre a educação no ensino regular, além de abordar sobre a prática pedagógica do professor para a inclusão de alunos com deficiência, mostrando-nos então, a importância que o docente tem sob essa perspectiva da inclusão e por último refletimos sobre o ensino de geografia e a educação inclusiva no ensino regular.

No último capítulo são abordados os resultados obtidos na pesquisa, sendo que foram feitas análises e discussões sobre as contribuições dos professores da E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Regular. As análises e discussões foram pautadas sob os ideais dos autores que foram estudados.

Para entendermos a complexidade da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é necessário evidenciar questões como a prática pedagógica do docente, entendermos todas as dificuldades e desafios existentes. Dessa maneira, espera-se que essa pesquisa seja relevante e alcance todos os objetivos esperados, buscando sempre uma reflexão mais aprofundada sobre a temática em questão.

2. A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

A Educação é um processo pelo qual os indivíduos buscam desenvolver suas capacidades, sejam elas cognitivas ou físicas, sendo que esse aprimoramento ajuda-os a se relacionar de forma plena com a sociedade, portanto a Educação tem um papel fundamental quanto à organização da vida em conjunto, sendo um fator indispensável para todos. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2007):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Então, vemos que a Educação deve abranger a todos com a finalidade de garantir o desenvolvimento, a preparação e qualificação da sociedade para que assim, a mesma seja justa, tornando os indivíduos seres mais reflexivos e críticos capazes de se organizarem em sociedade.

É importante também destacarmos a conceituação de Educação. De acordo com Durkheim (1995 p. 25/56):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1995 p. 25/56).

Neste sentido o professor deve criar possibilidades e oportunidades para que o aluno sozinho dê significação ao que foi estudado, a ideia é que o professor não entregue tudo pronto mais sim incentive o aluno para que ele busque o conhecimento de forma autônoma e prazerosa.

Conforme Gerhardt (2001) a educação libertadora ou transformadora, é aquela que trabalha com uma visão de sujeitos potencialmente autônomos, capazes de praticar a solidariedade, instruindo-se de forma a promover a autorreflexão. Portanto, a educação desperta no sujeito a sua capacidade de promover a humanização, esforçando-se em uma perspectiva conjunta para transformar o sistema escolar, social e político.

Outra questão que deveremos considerar quanto a Educação na contemporaneidade é o avanço tecnológico, visto que, estamos vivendo numa era digital, onde tudo se move muito

rápido, todo tipo de informação alcança de forma veloz todos os lugares do mundo, então, faz-se necessário que a escola saiba lidar com a tecnologia, fazendo dela um recurso adicionador a seus métodos quanto à forma de ensinar. A escola deve se adequar a essa realidade digital, procurando aderir a essas mudanças para que as práticas pedagógicas fiquem mais próximas com a realidade do alunado fazendo dos mesmos sujeitos que possam construir o conhecimento.

De acordo com Moran (2011) na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar; reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social. É fundamental que o ensino e a vida do aluno estejam interligados. Que possa utilizar diversos meios para chegar ao aluno pela experiência, pela imagem, pelo som, pela representação (dramatizações, simulações), pela multimídia, pela interação on-line.

Dessa forma, é necessário a escola estar preparada para a sociedade, que busque sempre atualizar-se e auxiliar todos os seus agentes, para que as suas práticas acompanhem a modernidade e atendam as necessidades dos alunos buscando sempre melhorar o processo de ensino-aprendizagem.

Na atualidade um dos maiores desafios da Educação é preparar os jovens para a sociedade na qual estão inseridos, todavia, isso se torna um grande desafio, pois na sociedade imediatista na qual vivemos o que se torna importante é exclusivamente o mercado de trabalho, impossibilitando os alunos a terem uma formação que seja transformadora e não alienada. Assim,

utilizar a escola como formadora de mão-de-obra para o mercado é manter a estrutura arcaica e roubar-lhe o grande potencial criativo, embutido nessa instituição, quando subvertido o modelo. É manter a sociedade conservadora, que no decorrer da história utilizou a instituição escolar como um instrumento de reprodução social a serviço de interesses específicos, afirmando cada vez mais as desigualdades. (BARBOSA, p. 93, 2004).

No mundo capitalista o que é considerado importante é a obtenção do lucro, as instituições de ensino entram no sistema como preparadoras de mão-de-obra para o mercado de trabalho e não realizam de fato o que realmente deveriam, pois deixam de lado a questão da formação do aluno autônomo e crítico.

É evidente a complexidade do processo educativo na contemporaneidade, colocando então uma exigência na melhoria da qualidade da Educação, levando-nos a pensarmos essa qualidade e o que é necessário para atingi-la. Para isso devem ser levados em consideração todos os fatores que influenciam na aprendizagem dos alunos.

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE É?

É evidente que vivemos numa sociedade bastante heterogênea, portanto, é necessário que haja um favorecimento de todas as áreas para que com isso se constitua numa sociedade onde a convivência e o respeito prevaleçam. Assim, a Educação Inclusiva, entra como uma ferramenta fundamental para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no meio social, garantindo uma vida mais digna, pois, é a educação que possibilita aos cidadãos o desenvolvimento de suas competências para o exercício da cidadania.

Segundo Freire (2008) A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defendendo um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que sabe olhar para as diferenças, dando um significado, um sentido.

Portanto, a escola tem que reconhecer a diversidade dos alunos e garantir um ensino de qualidade, levando em consideração as particularidades dos mesmos e com isso trabalhando em cima de suas potencialidades e necessidades, a partir dessa estimativa a escola passará a ser inclusiva, pois estará beneficiando o aluno.

Ainda segundo Freire (2008) A inclusão no contexto educacional, vem, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

Para Sanches e Teodoro (2007) A educação inclusiva, é uma educação em que a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio à criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de práticas educativas. Para Carvalho (2005, p.72):

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola.

A Educação Inclusiva coloca então que a escola deve estar preparada para dar suporte as necessidades dos alunos, por isso, a instituição de ensino deve se adequar ao aluno com necessidade educacional especial e não ao contrário, pois é a escola que deve fornecer subsídio ao discente para que o mesmo se sinta parte do processo educacional.

Visto o conceito de Inclusão Escolar é relevante que não nos confundamos com o conceito de Integração, pois são significações diferenciadas apesar de serem formas de inserção social.

Para Lima (2014, apud SASSAKI, 1998, p. 24) Associa a integração aos anos de 1960 e 1970 e ao modelo médico então adotado, que buscava tornar a pessoa apta para satisfazer os padrões do meio social. Por sua vez, a inclusão – cuja prática se iniciou na década de 1980, desenvolvendo-se nos anos 90 – propõe a modificação da sociedade para torna-la capaz de acolher todas as pessoas. No plano educacional todas as escolas comuns e especiais precisam ser reestruturadas para atender a todo tipo de diversidade.

Não podemos dizer então que o aluno está incluso só pelo fato de estar matriculado em uma sala comum, a não ser que a escola esteja apta a receber o mesmo, pois é a partir da participação efetiva do discente no processo educativo que fará com que o aluno se desenvolva e tenha igualdade de oportunidades para aprender. De forma geral, a sociedade é que precisa se adequar as pessoas com necessidades especiais.

O que precisamos entender é que a Educação inclusiva é um direito, e que independentemente da deficiência do aluno a escola precisa estar preparada para recebê-los, bem como precisa ter toda uma capacitação de todos os agentes que fazem parte da escola para melhor atender os mesmos. Então, passa a ser um esforço coletivo e só será possível quando as escolas se comprometerem com seus alunos e derem condições para a efetivação da inclusão.

2.1.1 Objetivo e estratégias da educação inclusiva (PNE – plano nacional de educação)

A Lei nº 13.005- Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece meta e estratégias para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais. Então o PNE (BRASIL, 2014) estabelece como meta principal:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super-dotação,

o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014, p. 55)

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ter o direito de acessar os mesmos espaços, usufruir os mesmos direitos que os alunos sem deficiência, ou seja, precisamos de escolas que sejam realmente inclusivas, onde o professor esteja apto a atuar tanto na classe comum com nas salas multifuncionais.

O PNE estabelece uma série de estratégias para uma melhor implementação da Educação inclusiva nas escolas, garantindo o direito de uma educação de qualidade para todos os alunos com necessidades educacionais especiais, essas estratégias vão possibilitar uma educação que realmente chegue a essa demanda de alunos. (Anexo A).

Algumas estratégias merecem serem ressaltadas, como por exemplo, a de número 4.3 onde o PNE estabelece que é necessário salas de recursos multifuncionais para que haja a formação continuada dos professores, visto que, nesse âmbito educacional o professor deve sempre buscar estar se especializando, com o intuito de se preparar para a realidade que a sala de aula impõe. Outra estratégia bem relevante para a discussão é a 4.8 onde o PNE coloca que deve ser garantida a oferta da Educação Inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, além de ser necessário uma articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento especializado, um dando suporte ao outro para que ocorra um melhor desenvolvimento do aluno.

A estratégia 4.10 aborda a questão do desenvolvimento de pesquisas voltadas para promover quais são as melhores metodologias, os melhores materiais didáticos, os melhores recursos para o processo de ensino-aprendizagem. Nessa estratégia o professor tem que se apresentar como um profissional pesquisador, onde esteja motivado a sempre buscar as melhores alternativas que favoreça ao processo de ensino. A última estratégia a ser explicitada é a 4.19 na qual o PNE diz que a união com instituições comunitárias sem fins lucrativos com o poder público induz a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo, vemos a partir dessa estratégia que os familiares possuem uma importância fundamental para que ocorra à inclusão.

Essa meta e estratégias nos possibilitam colocar políticas educacionais mais abrangentes, assegurando assim, uma equidade de oportunidades valorizando a diversidade e diminuindo a exclusão dos alunos com necessidades especiais no processo educativo.

2.1.2 Legislação

A inclusão de alunos com necessidades especiais é um grande desafio, porém observa-se que atualmente já existe um grande avanço em relação ao passado quanto à inclusão dos mesmos, pois apesar de todas as dificuldades algumas escolas públicas recebem essa demanda, sendo então, de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual e social.

Conforme Santos e Nunes (2009) A Declaração de Salamanca que foi proclamada em 1994, atesta que “toda criança tem o direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. Entretanto,

o desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política - chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel - chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (UNESCO - DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 41)

Ainda de acordo com Santos e Nunes (2009) é a partir da assinatura da Declaração de Salamanca que o termo Educação Especial ou Educação inclusiva, passa a ser uma questão de conquista de cidadania e, mais ainda, passa a ser encarada de uma outra maneira, servindo como suporte para outras mudanças e leis que se seguiriam, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Dessa forma, a educação inclusiva no Brasil, através da LDB, passa a legitimar e incluir os alunos com necessidades educacionais especiais a terem o direito ao ensino regular de qualidade.

Então, LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) expõe:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

No artigo 58 (BRASIL, 1996) enfatiza-se os direitos dos alunos com necessidades especiais, pois é garantido os serviços especializados para atender todas as suas necessidades. Já no artigo 59, é garantido um atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, então para que isso ocorra é necessária uma adequação dos currículos escolares, tornando flexível a necessidade dos alunos para que com isso possam ter êxito na aprendizagem.

Segundo Lima (2014) A legislação é explícita quanto à obrigação das escolas em acolher todas as crianças e que o aluno com necessidade especial tenha condições efetivas de realizar integralmente suas potencialidades, onde essa relação exija o envolvimento e a participação de toda a comunidade escolar, mas para isso é necessário prover as escolas de estruturas físicas e de equipamentos demandados pelos alunos com necessidades especiais.

Portanto, vemos que toda essa legislação foi de fundamental importância para o engrandecimento da inclusão nas escolas, pois assim, pudemos ter pelo menos uma garantia

de acesso à Educação para essa demanda de alunos, dando-lhes a oportunidade de se desenvolverem e viverem de forma mais igualitária.

2.2 A ESCOLA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Entende-se que é necessário que todas as crianças estejam nas escolas, pois, a Educação é um direito de todos. Sendo assim, nesta perspectiva do amplo acesso a Educação, os alunos com necessidades especiais merecem uma atenção maior, dando-lhes o direito de frequentarem de fato o processo educativo, reduzindo as desigualdades e desfazendo os estereótipos naquele ambiente.

Nessa abordagem, a escola tem um papel desafiador, que é fazer com que as diferenças sejam superadas e que o educar seja um minimizador de discriminação, visto que, a sociedade é absurdamente excludente.

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, P. 119).

A escola inclusiva tem por finalidade colocar que a escola deve ser pra todos, independentemente do sexo, cor, condição física, etc. Dessa forma, deve-se utilizar-se da diferença para tornar o processo educativo mais forte e proveitoso.

De acordo Sanches e Teodoro (2007 apud Thomas, Walker & Webb, 1998), o Center for Studies on Inclusive Education (CSIE) define uma escola inclusiva como uma escola que:

- Reflete a comunidade como um todo; os seus membros são abertos, positivos e diversificados; não seleciona, não exclui, não rejeita;
- Não tem barreiras, acessível a todos, em termos físicos e educativos (currículo, apoio e métodos de comunicação);
- Trabalha com, não é competitiva;
- Pratica a democracia, a equidade (SANCHES; TEODORO, 2007, p. 107).

Vemos então que a escola assume funções mais complexas, pois a mesma vem somando atribuições políticas e sociais, sendo um espaço de grande diversidade dos alunos

nos quais está inserida em diferentes contextos, então uma escola inclusiva deve enfatizar caminhos para que se possa lutar contra atitudes discriminatórias, criando uma sociedade inclusiva, além de garantir o acesso a Educação a todos os que a procuram.

Conforme Sanches e Teodoro (2007 apud RODRIGUES, 2003) Com a escola inclusiva, os alunos, todos os alunos, estão na escola para aprender, participando. Não é apenas a presença física, é a pertença à escola e ao grupo, de tal maneira que a criança/o jovem sente que pertence à escola e a escola sente responsabilidade pelo seu aluno. Então a escola deve ser capaz de educar para todos, sem nenhuma restrição onde o ensino é que deve se adaptar as necessidades dos alunos e não o contrário.

A declaração de Salamanca¹ (1994) aborda que o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Para que as escolas se tornem mais inclusivas é necessário que se haja mudanças no sistema de ensino, que a escola de fato reconheça e considere a diferença como apenas uma situação para a aprendizagem, que façam os alunos de fato agentes participantes do processo e que se utilize de metodologias adequadas para dar condições de aprendizagem a todos.

Para reforçar a colocação acima Sanches e Teodoro (2007, apud Ainscow 1995) nos apresenta algumas prerrogativas que podem ser fatores relevantes quanto a mudanças nas escolas:

- Liderança eficaz, não só por parte do diretor, mas difundida através da escola;
- Envolvimento da equipe de profissionais, alunos e comunidade nas orientações e decisões da escola;
- Planificação realizada colaborativamente;
- Estratégias de coordenação;

¹ Assis e Pozzoli (2005, p. 311) A Declaração de Salamanca reconhece a educação especial como forma de equalização de oportunidades e de inclusão de pessoas com deficiência, razão pela qual deve ser parte integrante do sistema regular de ensino dos países signatários.

- Focalização da atenção nos benefícios potenciais da investigação e da reflexão;
- Política de valorização profissional de toda a equipe educativa. (SANCHES; TEODORO, 2007, p. 109).

De acordo com essas premissas podemos enfatizar que é a partir da colaboração de todos os agentes que se pode chegar a ter uma escola mais inclusiva, onde a contribuição e a experiência de todos fortalece o meio escolar.

Uma escola inclusiva não significa apenas colocar um aluno fisicamente em sala de aula, mas sim uma escola que não segregue e esteja disposta a enfrentar toda a diversidade de seu alunado, que não os rotulem como incapazes de aprender, além de que deve apresentar toda uma estrutura física que dê suporte a todos, deve apresentar uma prática pedagógica adequada removendo os impasses que dificultam a aprendizagem.

A escola entra como um fator importante para a socialização dos alunos, pois é o local onde os discentes com deficiência podem ter interação com outros não deficientes, construindo juntos o conhecimento, tornando-a assim um espaço de inclusão. Então, a Educação Inclusiva tem uma perspectiva de uma Educação para todos, buscando assim um ensino de qualidade. A Educação possui o desafio de organizar as instituições de ensino para que todos os alunos independentemente das diferenças tenham igualdade de oportunidades e esse processo só enriquece o meio educacional.

Quando se pensa no papel da escola e sua atuação na educação inclusiva, vemos que é preponderante para uma haja uma escolarização de amplo acesso, onde seja priorizada uma atenção maior com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais, isso implicará uma qualidade no ensino. É importante que as instituições busquem pelo movimento da inclusão, pois o mesmo traz diversos benefícios como a diminuição dos estereótipos e preconceitos e um maior envolvimento na sociedade.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

A Educação Inclusiva tem como prerrogativa a busca por uma educação de qualidade, então a escola regular entra como uma parceira em busca desse ensino, apresentando meios pelas quais as diferenças sejam utilizadas como algo que enriqueça a Educação. A escola deve ser um ambiente que acolha todas as diferenças, sempre buscando as melhores alternativas para desenvolver a capacidade dos alunos.

Como Rosseto (2005) afirma:

O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais (2005, p. 42).

De acordo com Beyer (2005) o grande desafio proposto pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares depende de um trabalho coletivo que envolva os alunos, os professores, a direção e equipe pedagógica, enfim, de todos os funcionários e gestores. Portanto, só ocorrerão mudanças para que de fato a escola se torne inclusiva quando as mesmas reconhecerem os seus deveres para com os alunos sem levar em consideração as discriminações, além de darem suporte para os educadores poderem atuar na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para que se possa alcançar uma qualidade na educação é necessário que a escola regular trabalhe de forma dinâmica, construindo métodos diferenciados para o processo de ensino e aprendizagem, tendo total compromisso com os alunos a fim de lhes proporcionar caminhos para desenvolverem a aprendizagem.

Segundo Mazzotta (1996):

O atendimento as necessidades educacionais especiais na classe e ou a utilização de todo conhecimento acumulado pela área de educação especial, proporcionara a melhoria da qualidade de ensino segundo as características de cada aluno, visando a um atendimento individualizado, organiza os currículos, visando diversificar a metodologia e as estratégias de ensino entre tantas modificações e com certeza benéfica para todos os educandos.

Então, a escola regular para que se torne de fato inclusiva deve levar em consideração as diferenças de seus alunos, buscando sempre a participação de todos os agentes que fazem parte da instituição para adotarem métodos mais eficazes perante a realidade da sala de aula.

Portanto, as escolas devem se reorganizar e aperfeiçoar suas metodologias para que haja um melhor aproveitamento por parte dos educandos.

Outras questões a se pensar sobre uma escola inclusiva é a estrutura física das instituições, porém mais importante ainda é a sua estrutura humana, pois a mesma deve estar capacitada para atender a todos os alunos sem colocar as suas particularidades como obstáculos, devendo estar preparados para se adaptarem aos desafios de uma sala de aula heterogênea.

Segundo DELLANI E MORAES (2012, p. 11):

Nós como professores e educadores temos que nos adaptar e essa nova realidade de diferença nas salas de aulas, modificando posturas e criando instrumentos de inclusão com olhares voltados ao ser humano em sua total complexidade de ensino e aprendizagem.

É necessário que o educador tenha a compreensão de que vivemos em um mundo repleto de diferenças e que estas devem ser respeitadas, pois elas proporcionam limitações diferenciadas para aprender, portanto, cabe ao professor fazer seu papel de mediador e buscar sempre desenvolver seu trabalho sem exclusões.

É sabido que a escola muitas vezes é um espaço que propaga preconceitos, porém, além disso, é também um espaço que ajuda a desconstruí-los. Se as diferenças forem levadas em consideração ajudará a construir uma sociedade que seja menos intolerante, porém para que isso ocorra é preciso comprometimento de todos os agentes educacionais.

3.1 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

A relação entre professor e aluno com necessidades especiais deve ser realizada de forma natural, ou seja, com espontaneidade, com comprometimento por parte do professor, só assim, o docente poderá compreender a forma de convivência do aluno, partindo assim, um maior entendimento para com a melhor forma de se ensinar a essa demanda de alunos.

Segundo Manica (2011, p. 02):

O docente, além da sua preparação pedagógica, deve saber encarar seus desafios. Cabe a ele criar ambientes favoráveis para que as diferenças sejam apenas uma das diversidades com que ele atua. Para que qualquer aluno possa pensar, especialmente o aluno com necessidades especiais, o docente deverá propiciar espaço para propostas e atividades diferenciadas, em que os alunos

vivam experiências multidisciplinares, raciocinem criticamente sobre os conteúdos, aprendam a solucionar problemas, tenham uma interação significativa com os seus pares e, principalmente, acreditem que são agentes ativos no processo. Além disso, deve possibilitar que esses jovens reflitam sobre sua realidade, façam perguntas, busquem respostas e proponham alternativas de ação.

Afirma Silva (apud TAVARES, 2009) quando se almeja construir um método pedagógico que possa garantir um processo de aprendizagem expressivo é preciso que se tenha atenção quanto ao que é e como ele ocorre, pois ensinar é muito mais que uma transmissão de conhecimento. Esse aprendizado está inter-relacionado ao desenvolvimento infantil, ao nível de maturação da criança, o aprender e suas relações com o desenvolver uma ação educativa intencional e escolher métodos de ensino.

Manica (2011 apud NERI, 2003) diz que a educação inclusiva não é apenas a simples colocação de alunos em sala de aula; significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e estudar em ambientes onde os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença, sendo então, um lugar para todos.

Ao falarmos sobre a atuação pedagógica dos professores, vemos que é necessária uma integração com a escola, é essencial que a instituição disponibilize todos os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades a serem realizadas pelos discentes, dando-lhes todo o suporte para que haja maneiras adequadas de ensino, visto a realidade de alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Silva e Tavares (2009, p. 80):

Diante da inclusão educacional de crianças com deficiências é essencial que o professor busque inovar-se, adquirir sempre mais conhecimento, pois todo o conhecimento que viermos a adquirir no dia a dia no contexto da educação inclusiva em sala de aula no atendimento a essas crianças será sempre pouco porque todos os dias estaremos nos reciclando, adquirindo novos conhecimentos.

O trabalho a ser desenvolvido pelo professor deve ser aberto e diversificado, além de sempre buscar uma flexibilização para as suas práticas pedagógicas. O docente tem que buscar sempre incentivar o aluno a se empenhar ao máximo favorecendo as suas habilidades, a ser ele mesmo buscar as respostas, e a construir o conhecimento. É importante ressaltar que, o professor deve trabalhar suas atividades sempre buscando desenvolver a capacidade do aluno, porém sem cobranças e limitações.

Para se trabalhar com a alfabetização de alunos com necessidades educacionais especiais é preciso que o professor deixe de lado práticas tradicionais, não fique preso apenas ao livro didático e busque associar os conteúdos propostos com a realidade dos alunos, a partir dessa contextualização, poderão ter um melhor aproveitamento no processo de aprendizagem.

Portanto, o docente tem que ser criativo, que procure práticas pedagógicas que atendam as necessidades de todos os alunos, e mais importantes ainda, é que não se acomode diante dos desafios que a sala de aula possa apresentar, só assim, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais poderá ser satisfatória.

A atuação do professor é imprescindível para o processo de inclusão na sala de aula, pois o docente nesse âmbito se torna um facilitador do processo de aprendizagem dos alunos. É necessário que o professor não veja o aluno com deficiência como um “problema”, seja vista, como mais um aluno que precisa aprender, sendo necessário que cada aluno seja mediado com técnicas que facilitem a sua aprendizagem, podendo assim, ter um desenvolvimento pleno.

3.2O ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

No ensino de geografia, o conhecimento geográfico deve ser utilizado com todo o seu potencial para se promover uma aprendizagem que torne o sujeito autônomo, capaz de agir perante a sociedade. Portanto, quando nos referimos a esse ensino, vemos que a sua importância é elevada, pois se trata de uma disciplina que envolve conhecimentos abstratos. A partir dessa prerrogativa, os recursos didáticos possuem um grau de importância ampliado, o professor passa a ter então, a necessidade do uso de instrumentos que facilitem a aprendizagem em sala de aula, principalmente para aqueles que possuem limitações para aprender.

Segundo Almeida et al (2013) o processo de ensino e a aprendizagem ficam comprometidos, devido, entre outros aspectos, a problemas como: à grande quantidade de alunos nas classes comuns. As dificuldades relacionadas com leitura e interpretação também se refletem em incompreensão de conteúdos geográficos quando estes se configuram em textos e, principalmente, as práticas cotidianas e metodologias de ensino que não consideram as diferenças, o que, dentro do modelo de inclusão vigente, tem impossibilitado alunos com

necessidades educacionais especiais de participar do processo educativo de forma significativa, valorizando as suas potencialidades.

São questões como esta, onde as particularidades e a realidade dos alunos não são consideradas que impossibilita a efetivação da inclusão, pois é necessário que o conhecimento seja construído a partir das vivências dos mesmos. Por exemplo, quando se ensina os conceitos chaves da geografia: lugar, território, paisagem, espaço e região, devem estar relacionados com o cotidiano dos alunos, no qual, a partir do conhecimento prévio poderão apreender melhor questões abordadas e assim, terem uma aprendizagem mais significativa. Então, os professores de geografia devem pensar em um processo de ensino-aprendizagem que considere e dê valor às experiências dos discentes.

Almeida et al (2013) aborda que se percebe no cotidiano das aulas de Geografia é que ainda se mantém uma abordagem tradicional de ensino, reforçando o caráter mnemônico atribuído a ela, continuando por ser entendida como matéria decorativa, na qual há supervalorização de informações quantitativas e o estudo de conceitos sem a devida aplicação. A mesma linha descritiva é seguida quando, através de questionamentos, é estimulada a participação da turma, pois exigir respostas que prezam pela memorização desmotiva a participação em aula e causa desinteresse em aprender Geografia, reforçando o caráter enfadonho atribuído à disciplina. Assim,

para se trabalhar com uma classe onde há um educando com deficiência, o professor deve inicialmente abolir do ambiente escolar proposto por ele e as práticas tradicionais e autoritárias, bem como a de adotar e se limitar no uso do livro didático, ensinar e forçar-se somente nos conteúdos programáticos, propostas de projetos e atividades descontextualizadas da realidade e experiências do aluno considerando como método avaliativo apenas provas e resultados quantitativos. (SILVA; TAVARES, 2009).

Se as práticas pedagógicas dos professores não forem mais flexíveis, o desafio de ensinar numa sala com diferenças se torna ainda mais difícil, portanto, é necessário que os docentes atendam as particularidades dos discentes, tendo metodologias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, além de terem uma formação humanizada, onde saibam respeitar as diferenças, independentemente de qual seja, para se ter assim, uma relação agradável com os alunos e desmistificar o preconceito.

Conforme Silva (2008, p. 29) “Defende-se o uso de recursos diversos para que se concretizem os conhecimentos geográficos, tornando-os palpáveis ao entendimento dos alunos, cujo resultado seja a efetivação do Ensino de Geografia, se constituindo num processo

significativo à formação de indivíduos conscientes de suas capacidades transformadoras, enquanto ser social e político”.

Os professores devem levar em consideração de forma humanizada às dificuldades dos alunos com deficiências, sendo então, como foi colocada antes, a importância de se ter recursos adequados, que possam atender as necessidades dos mesmos, fazendo com que, os alunos com necessidades especiais tenham possibilidades de superar obstáculos. Portanto, o ensino de geografia é importante para todos, pois proporciona a oportunidade de se entender como se configura o espaço onde está inserido.

4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NA ESCOLA MARIA DO CARMO GONÇALVES – BOM JESUS – PB

Para favorecer o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, é mais do que nítido mudanças nas estruturas organizacionais das escolas, porém é notável que muitas mudanças já foram impostas e com isso é possível se pensar numa escola inclusiva. É preciso que se pensem as práticas pedagógicas, que se pense a formação inicial dos professores, para assim, saberem enfrentar os desafios que uma sala comum pode acarretá-lo. Nesse sentido,

o processo de inclusão de alunos com deficiências na escola regular ainda é recente no Brasil. A escola como instituição social se caracterizou ao longo do tempo pela visão da educação que delimitou a escolarização como privilégio de poucos, legitimando nas políticas e nas práticas educacionais a exclusão, reproduzindo a ordem social (BRASIL, 2008; FIGUEIRA, 2011; MAZOTTA, 2005).

Apesar de ser um processo recente, é indiscutível a importância dessa inclusão nas salas de aulas regulares, pois é a partir daí que podemos ter uma maior valorização das diferenças, contribuindo para um desenvolvimento quanto à questão social. Porém, para que o processo de inclusão ocorra efetivamente é necessário um maior envolvimento de todos os âmbitos do meio escolar.

De acordo com Funghetto (2005) ao termos respeito pela inserção de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, exigimos que a instituição ofereça possibilidades de aprendizagem para todos os alunos. Educar para o desenvolvimento desses alunos se faz um desafio para a ação pedagógica, visto que a aprendizagem é um processo contínuo na construção do conhecimento.

Os educadores são um dos maiores agentes quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, mas esse não é um papel somente do professor. A escola antes de tudo deve dar condições para que o aluno com limitações tenha condições de receber uma educação satisfatória naquele espaço, além de ter que dar possibilidades para que os professores tenham como adequar as sua metodologias, portanto, de modo geral, a escola deve oferecer uma educação de qualidade, que perpassse desde a acessibilidade do aluno com limitações até uma formação inicial e continuada do docente.

A educação inclusiva é importante porque cria condições diversas para os educandos, favorecendo a diversidade e promovendo uma convivência natural com as diferenças. A

educação inclusiva favorece, por exemplo, aos alunos a terem mais conhecimento sobre as capacidades humanas, a compreenderem a sociedade diversificada que estão inseridos, perdem o medo do que é diferente e se tornam mais responsáveis, esses e outros fatores irão contribuir para melhorar o rendimento escolar de todos os alunos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves está situada na Rua Pca Sebastiao Bandeira de Melo, 30 - Centro na cidade de Bom Jesus – PB, conforme podemos observar na figura 1.



Figura 1 - Mapa de Localização da EMEIEF Maria do Carmo Gonçalves. Fonte: Google Earth. Acesso: 06/03/2017

A escola disponibiliza, de forma geral, de uma boa estrutura física, possuindo: doze salas de aulas, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), cozinha, banheiros, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com limitações, sala de secretaria e pátio coberto, essa estrutura física da escola é de suma importância para que o ensino-aprendizagem seja desenvolvido da melhor forma possível, pois se a mesma não disponibiliza certo conforto aos seus alunos, pode prejudicá-los de várias formas, sabemos que esse é um problema que grande parte das escolas públicas brasileiras ainda possui, sendo necessária, uma preocupação maior para que possa ser proporcionada aos estudantes uma estrutura melhor, onde possam ser realizadas as atividades com sucesso.

A estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala de aula. (FUMEGALLI, 2012, p. 23).

A escola deve ter uma função de propagadora de informações sobre questões referentes às necessidades educacionais especiais dos alunos, visando uma estimulação quanto à inclusão social, dando uma melhoria para o exercício da cidadania para pessoas com limitações.

A escola atende tanto os alunos residentes na zona urbana como na rural. Grande parte dos alunos da escola vem de famílias carentes, filhos de agricultores e de baixa escolaridade. A escola é o principal meio para a obtenção do conhecimento, visto que a localidade é carente de informação. Sendo assim, a escola procura sempre incentivar seus alunos para que possam se tornar seres críticos e conscientes, pois acredita que a Educação é a fonte de plenitude de uma sociedade. Então, a mesma está sempre comprometida e presente na formação do seu aluno, buscando sempre a transformação da realidade da comunidade que a rodeia.

A E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves em seu Projeto Político Pedagógico assume o compromisso com as pessoas na qual atendem, tendo convicção de seus direitos e deveres, na qual está pautada em sempre procurar oferecer um ensino de boa qualidade ao alunado. O PPP fundamenta-se nos princípios assumidos e se concretiza no compromisso pertinente a uma formação consciente do cidadão. O PPP deve ser um documento dinâmico, tendo que se adequar as constantes mudanças para atender as necessidades da comunidade, visando uma sociedade mais igualitária.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Serão apresentados os dados coletados na pesquisa, nos quais serão fundamentados com autores que abrangem a temática. Participaram da pesquisa 08 (oito) professores² da EMEIEF Maria do Carmo Gonçalves, no qual responderam a um questionário com 09 (nove) questões, todas subjetivas.

² Foram escolhidos 08 professores da EMEIEF Maria do Carmo Gonçalves, os quais se encaixavam no perfil da pesquisa, sendo 03 professores que lecionam no ensino fundamental I e possuem alunos com necessidades educacionais especiais na sua turma e 05 professores que lecionam no ensino fundamental II.

Na primeira questão foi perguntado aos professores qual a sua concepção sobre a Educação inclusiva, essa questão, teve por finalidade compreender o entendimento de uma forma mais geral dos discentes sobre a inclusão. Então a seguir, é apresentado um quadro demonstrando algumas concepções apresentadas pelos mesmos. Acompanhe o quadro 1.

Quadro 1. A concepção dos professores acerca da Educação Inclusiva

Professor 1	“Na minha concepção a educação inclusiva é de suma importância para romper com os preconceitos e ao mesmo tempo vê que a diversidade favorece a aprendizagem no contexto escolar”
Professor 2	“É um grande desafio para nós educadores, principalmente em um sistema de teorias, já que na prática, as políticas não correspondem a realidade das escolas, seja nas condições de trabalho ou no reconhecimento social do trabalho do professor, além do número excessivo de alunos em sala de aula”
Professor 3	“É a inserção do aluno com deficiência no espaço educacional. Espaço esse que deverá oferecer condições necessárias não somente para o aluno se manter na escola, mas para que se desenvolva”
Professor 4	“A Educação Inclusiva busca atender as necessidades especiais de todos os alunos sem distinções em sala de aula comuns”
Professor 5	“Considero a educação inclusiva de extrema necessidade, uma vez que transforma a escola num espaço para todos. A inclusão favorece a diversidade, proporciona que os alunos tenham a mesma educação e desenvolve oportunidade de convivência a todas as crianças”
Professor 6	“A educação é um direito garantido à todos os cidadãos. As pessoas com deficiência, como cidadão tem esse direito. Portanto, considero mais que obrigação o Estado garantir que todas as pessoas tenham o seu direito respeitado. A educação inclusiva, nada mais é que a garantia, ou deveria ser, desse direito”.

Fonte: Informações coletadas em dados da pesquisa, Bom Jesus/2017.

As concepções dos professores sobre a educação inclusiva são pertinentes, pois mostram em suas respostas que possuem um conhecimento considerável sobre a temática. Apesar de algumas respostas serem um pouco distintas elas se reforçam e dão subsídio para chegarmos a um melhor entendimento sobre a educação inclusiva.

O conceito que melhor reúne todas essas concepções é o de Carvalho (2005) no qual ele diz que a finalidade da educação inclusiva é derrubar as barreiras que impedem a inclusão desses alunos, e que a lei deve buscar todas as formas de acessibilidade e apoio para assegurar o ingresso e a permanência dessa demanda de alunos na escola.

Na segunda questão foi perguntado aos professores o que eles diziam enquanto educadores sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, essa pergunta é bastante significativa, pois ela atende a um dos objetivos proposto na pesquisa.

Os professores 1, 2, 5 e 7 responderam numa mesma perspectiva, onde acreditam que a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais é fundamental, porém colocam que a formação de muitos professores é insuficiente fazendo com que o sucesso da inclusão não ocorra na sala de aula do ensino regular, abordam ainda que, deveria ter reformas educacionais na formação do professor para que ocorresse um processo de inclusão mais efetivo.

Para Oliveira (2010) Os professores, na sua atuação profissional, devem sempre buscar novas estratégias de ensino, o que demandaria uma busca por uma formação continuada, a fim de atender exigências educacionais que os profissionais da educação sempre devem adquirir como, por exemplo, conhecer e aceitar as diferenças e conviver pedagogicamente com elas.

Portanto, o professor deve sempre buscar novas competências, tentando adequar suas metodologias de ensino a realidade de todos os alunos da sala de aula, sejam alunos com limitações ou não. Então, os docentes devem investir sempre numa formação continuada sempre buscando serem profissionais mais qualificados, aperfeiçoando seus conhecimentos pedagógicos.

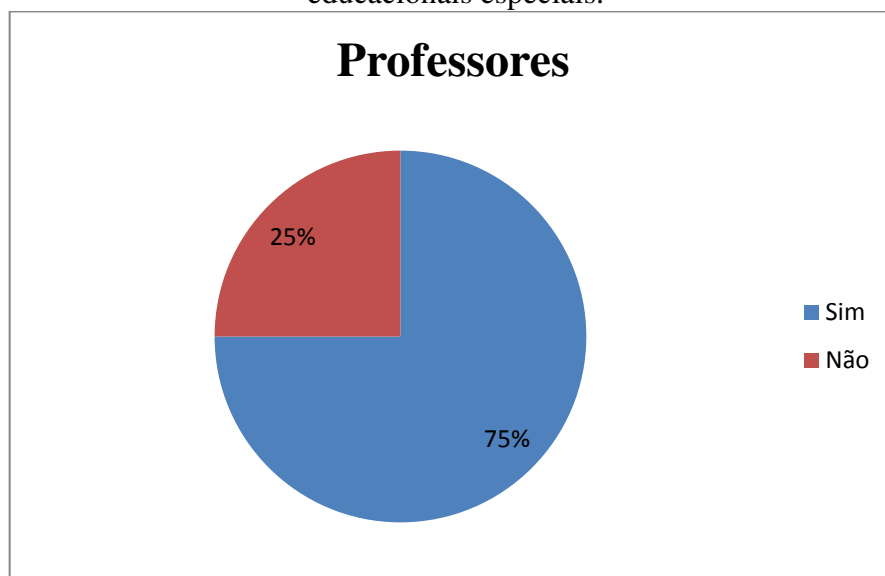
Já os professores 3, 4, 6 e 8 responderam o devido questionamento voltado mais para a interação dos alunos com necessidades educacionais especiais com os demais alunos, visto que, é uma forma de quebrar preconceitos e favorece o processo de ensino e aprendizagem. Assim,

a prática da inclusão escolar, pauta-se na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes; é acolher todas as pessoas, sem exceção. É construir formas de interagir com o outro, que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas as suas necessidades especiais. (DELLANI E MORAES, apud MANTOAN, 2003 p. 6)

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é uma tarefa que deve ser buscada pelas instituições para que se possa desmistificar a ideia que eles são incapazes de aprender, ideia essa que alguns indivíduos possuem sobre esses alunos, então a inclusão no ensino regular contribui para que isso ocorra, pois a sala de aula tem uma importância significativa para a formação dos alunos como cidadãos políticos e sociais.

Na questão seguinte foi perguntado aos professores se eles já tiveram experiência com algum aluno com necessidades educacionais especiais, conforme nos mostra o gráfico 1.

Gráfico 1. Professores que possuem experiência com alunos que apresentassem necessidades educacionais especiais.



Fonte: Bandeira, Bom Jesus, 2017.

Observa-se, que apesar da escola receber uma demanda de alunos com necessidades educacionais especiais, nem todos os professores possuem experiência com esses alunos, além de que uma boa parte dos entrevistados relatou que as experiências que tiveram não foram satisfatórias.

O Professor 2 respondeu que “Ano passado recebemos uma aluno com necessidades especiais em uma turma do 6º ano. A mesma não interagiu e nem tão pouco dava atenção como aluna da turma, mesmo preparando material especialmente para ela e atendendo individualmente ou em grupo. Sua única ação era rasgar folhas”.

O Professor 4 colocou que “Sim, embora tenha sido uma aprendizagem significativa, como docente não consegui obter maiores êxitos com relação à aprendizagem do aluno, pois não possuo formação especializada para atender um aluno com necessidades especiais”.

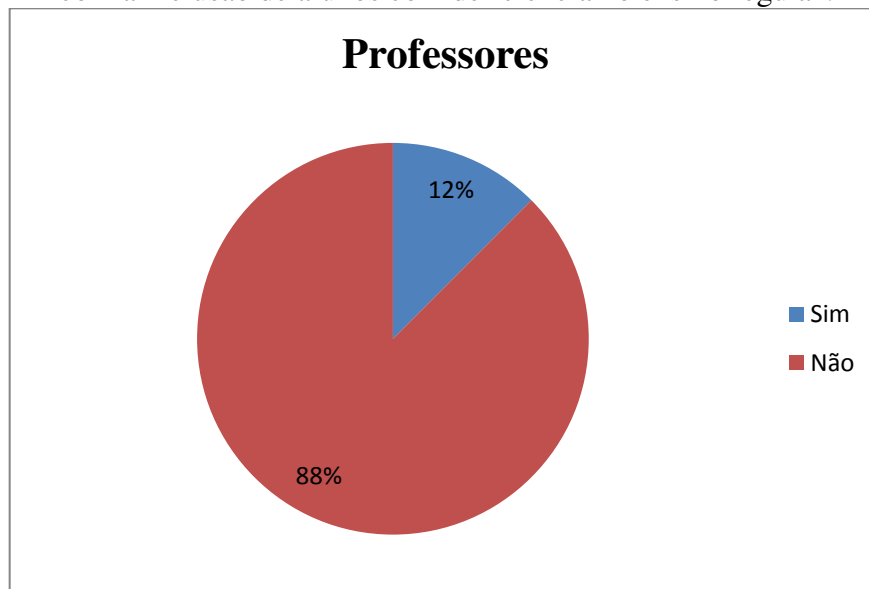
O Professor 8 respondeu que “Sim, difícil, pois a falta de experiência na área causa deficiência no atendimento”.

Todos os professores que responderam que tiveram experiência com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais relataram que não possuíram ou possuem êxito quanto ao aproveitamento escolar do aluno, pois lhes faltavam uma formação especializada e por isso muitas das vezes se sentiam impotentes perante a realidade da sala de aula.

Na quarta questão foi perguntado aos professores se a formação contemplava as competências necessárias para lidarem com a inclusão de alunos com limitações no ensino regular, com a finalidade de alcançar os objetivos pretendidos e fazerem os sujeitos refletirem sobre sua formação.

O gráfico 2, nos mostra a concepção dos professores quanto a esse questionamento e a sua referida porcentagem.

Gráfico 2. A formação dos professores contempla as competências necessárias para lidar com a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?



Fonte: Bandeira, Bom Jesus, 2017.

Apenas 12% dos professores responderam que sim, apesar de ainda ressaltarem que as medidas são insuficientes perante a inclusão desses alunos. A maioria dos professores, 88 % responderam que não, e abordaram algumas questões quanto a esse problema.

Os professores 3, 4, 5, 6 e 7 compreendem que o grande problema são os cursos de licenciatura, pois muitos deles não oferecem disciplinas ligadas à inclusão ou os que oferecem não são suficientes para uma boa preparação para a sala de aula, além disso, foi colocado que

os cursos de formação não priorizam o estudo das deficiências e as formas como lidar com elas, o que dificulta o docente a relacionar sua prática com o conteúdo escolar.

O professor 4 respondeu que:

O curso de formação de professor ainda é falho nesse sentido, pois oferece poucas disciplinas voltadas para inclusão. O professor antes de ir para a sala de aula deveria passar por um estágio para que pudesse pelo menos ter um contato com vários alunos com “deficiência”.

O professor 6 respondeu da seguinte forma “Não. Sinto que as instituições de ensino deviam oferecer, no currículo, mais disciplinas ligadas ao trabalho de inclusão”.

Nessa perspectiva de que os cursos de formação não são suficientes para qualificar de fato os professores para educar alunos com necessidades especiais, traz mais uma vez, a questão dos mesmos procurarem sempre estarem se atualizando, se especializando, tornando-se professores mais capacitados para adquirirem competências, só assim saberão como lidar com as necessidades educacionais especiais dos alunos e poderão flexibilizar suas metodologias para atendê-los.

Já os professores 1 e 2 abordaram a questão de terem se formado há algum tempo e que o tema inclusão não era tão discutido, o que dificulta de certa forma nas suas práticas pedagógicas. O Professor 1 respondeu que “Quando tive minha formação há algum tempo, o tema foi abordado. Porém, considero insuficiente para o desenvolvimento em sala de aula.”. Já o Professor 2 disse que “Jamais. Não há preparação alguma, que é um erro, principalmente para quem concluiu há mais de dez anos, quando nem se falava em inclusão.”

Professores que tiverem uma formação há mais tempo podem possuir mais dificuldades perante essa realidade, porém, não significa que não consigam lidar com esses alunos, desde que busquem adequar suas metodologias em sala de aula facilitando o processo de aprendizagem, não deixando o tradicionalismo sobressair.

Como nos diz Silva e Tavares (2009, p. 12):

Com práticas tradicionalistas e autoritárias, não há condições de ensinar uma turma heterogênea reconhecendo suas peculiaridades, e, sendo assim nas práticas pedagógicas e na perspectivas de uma prática escolar não disciplinar, o que deve ser evidenciado no processo é a experimentação, a criação, a descoberta e a autonomia na construção do conhecimento.

Ainda de acordo com Silva e Tavares (2009) o trabalho deve incluir formação humana, pois os educandos devem aprender a valorizar as diferenças, conviver e interagir

com seus pares independente das diferenças que os mesmos possuem, assim, poderão construir um relacionamento harmônico sem exclusão e estereótipos.

O professor perante a inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular deve sempre buscar uma formação continuada, onde não lhe falte fundamentação teórica para que suas práticas sejam mais eficientes, na qual, a partir de suas vivências sempre possa encontrar formas de atender a essas pessoas que cada vez mais estão atrás de uma educação igualitária, pois é através dessa educação que essas pessoas com limitações buscam exercer sua cidadania, conquistando espaço na sociedade e usufruindo assim, de uma melhor qualidade de vida.

Questionados sobre quais métodos são mais eficazes para que haja de fato a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, muitos dos professores não responderam como se esperava, deixando suas respostas bem aquém do pretendido. Os professores 2, 3 e 8 apenas afirmaram que para haver o desenvolvimento desses alunos é necessário que seja trabalhado com eles desde cedo, porém não especificaram nenhum método que pudesse chegar a esse desenvolvimento.

Os professores 4,5, 6 e 7 explicitaram mais uma vez a necessidade do professor ter uma boa formação acadêmica e que os alunos tenham um acompanhamento pedagógico de profissionais especializados.

Professor 4: É preciso que as escolas implementem espaços de discussões, observação, análise e reflexão sobre a prática educacional, com participação de toda comunidade escolar.

Professor 5: Para a inclusão funcionar de fato é preciso que haja a capacitação de professores, um acompanhamento pedagógico de profissionais (fonoaudiólogo, psicólogo e pedagogo) com essas crianças. Eu acredito no trabalho em equipe, não basta apenas jogar essas crianças em salas de aulas é preciso qualificar o espaço e as pessoas que irão atuar com elas.

Professor 6: Primeiramente, que os professores fossem capacitados para atender esses alunos. Segundo, que houvesse um acompanhamento com profissionais especializados (psicólogos, psicopedagogos) E também que as salas de AEE dessem suporte para esses alunos.

Professor 7: A problemática da educação pública vem disso e a especialização pelo governo daria de início suporte para a adaptação do professor para futuros alunos especiais de forma inclusiva.

Conforme Oliveira (2010) surge nessa perspectiva uma nova proposta de coordenação pedagógica, onde as decisões não podem ser tomadas isoladamente, mas sim deve ter uma ação coletiva entre todos os segmentos profissionais no ambiente escolar, com a intenção de sempre resolverem os problemas que aparecem diariamente, objetivando um aperfeiçoamento dos educadores.

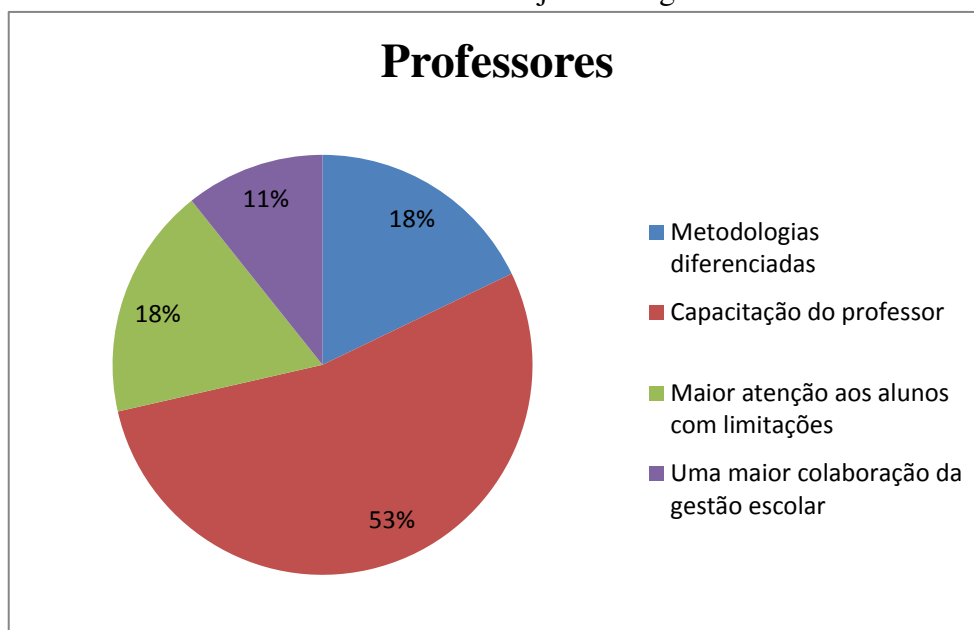
Relacionando as respostas dos professores e a citação de Oliveira, vemos a importância de se ter apoio de outros profissionais no qual, juntamente com os professores poderão assegurar melhores formas de inclusão, então, quase nada pode ser feito apenas por um agente, por isso a necessidade da conciliação das atividades de todos os profissionais da escola.

Na última questão na qual é importante abordar nessa pesquisa, foi perguntado aos sujeitos, o que eles sugeriam enquanto educadores para que facilitasse o processo de inclusão no ambiente escolar, pedindo, que os mesmo citassem exemplos.

O professor 7 ressaltou que não poderia sugerir nada, pois não possui competência necessária para isso.

A seguir é apresentado um gráfico mostrando as sugestões que os professores mais citaram:

O Gráfico 03. Sugestões dos professores para que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais seja mais significativa.



Fonte: Bandeira, Bom Jesus, 2017.

Vemos mais uma vez que os professores colocam que o fator principal para que se tenha de fato uma inclusão efetiva está na formação dos mesmos, 53 % dos professores sugerem que para ocorrer à inclusão é necessária uma boa formação do profissional, metodologias diferenciadas e uma maior atenção aos alunos vêm em seguida com 18% cada, e apenas 11% sugere que é preciso uma maior colaboração dos gestores da escola.

Para os professores 2, 3 e 4 respectivamente, responderam que é preciso:

Oferecer cursos, oficinas, especializações para todos os professores da rede pública e não apenas para alguns profissionais que irão trabalhar nas salas multifuncionais...

Que cada professor busque informações, pesquise, procure cursos de formação continuada e quando receber alunos com deficiência busque junto com o profissional adequado compreender e desenvolver um trabalho de qualidade.

Que o professor busque sempre se capacitar e que ajuste suas necessidades a dos alunos com necessidades especiais.

Pela resposta dos professores vemos que o profissional tem que possuir um comprometimento com o ato de educar, pois não pode ser acomodado, mas sempre buscar se qualificar para estar apto a exercer sua função de forma eficiente, colocando a aprendizagem de seus alunos em primeiro lugar, levando em consideração as peculiaridades de cada um.

O professor realmente comprometido com a realidade docente é por si mesmo um pesquisador que compreende seu universo de ações e de significados e aceita dividir sua própria percepção do mundo, de homem, e de educação. Este profissional desenvolve a sensibilidade de compreender o outro, de respeitar suas especificidades e de simultaneamente esperar e manipular os estímulos ambientais para a apresentação das respostas que coleta da realidade para a sua ação interventora. Há a necessidade de reflexão na prática educativa crítica de parar para pensar, analisar e refletir sobre a ação que estamos realizando enquanto educadores e promotores da formação humana. (SILVA; TAVARES, 2009, p. 07).

O ato de educar é uma questão sensível por isso a grande responsabilidade por parte do professor, visto que, ele é responsável por formar cidadãos, ou seja, como diz as autoras são promotores da formação humana, por isso o trabalho do educando tem que ser levado a sério, para assim termos indivíduos críticos e reflexivos capazes de pensarem por si só.

Quanto a questão das metodologias diferenciadas o professor 1 ressalta que:

Para que o processo de inclusão torne-se mais significativo se faz necessário que o professor reflita a sua prática pedagógica. Ele deve ter um olhar atento para atender às necessidades individuais, trabalhar com estratégias diferenciadas.

Então, o professor deve sempre buscar metodologias na qual inclua o aluno com limitação de fato no processo de ensino e aprendizagem, deve buscar formas para que o aluno aprenda da sua maneira, sempre havendo uma interação maior entre ambos.

É nesta interação diária do professor em atendimento ao aluno com deficiência no ambiente escolar que através de uma relação baseada de forma espontânea, autêntica e comprometida é que fluirá uma comunicação numa relação dialética de trocas e que possibilitará ao educador compreender aquilo que a criança vive, encontrando ou descobrindo sua autenticidade, tomando consciência de suas possibilidades, de seus ímpetos comuns a qualquer criança, de seus impedimentos, de suas defesas, e a partir daí, desenvolver possibilidades de ação e que terá como suporte a formação do educador. (SILVA E TAVARES, 2009, p. 13).

O educando antes de qualquer coisa tem que saber lidar com as limitações dos alunos, tem que compreender que estes alunos não são incapazes de aprender, porém tem que aceitar que não podem fazer tudo sozinho, pois tudo depende de um conjunto de ações que vai dos gestores escolares até a família dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois todos, em conjunto devem participar da vida e do desenvolvimento do aluno, agregando-lhe uma maior qualidade de vida

5. CONSIDERAÇÕES

A educação inclusiva é um direito assegurado pela Constituição Federal, porém sabemos que é um grande desafio, visto que as diferenças são marcadas com preconceitos; nessa perspectiva, a escola se torna o local ideal para desmistificá-los, pois é capaz de reproduzir valores inclusivos, onde os alunos possam aprender diariamente o respeito pelas diferenças, construindo assim, um convívio social que perpassa todos os âmbitos da sua vida.

Os desafios para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda são inúmeros, muito ainda tem que ser feito para esse ato se concretizar, pois se as políticas públicas não forem eficientes e não estejam inseridas na prática pedagógica do educando, numa formação inicial e continuada as estimativas quanto à inclusão não serão satisfatórias.

É evidente que existem várias dificuldades para se ter uma escola inclusiva, porém, para alcançarmos essa realidade é necessário um envolvimento de todos os agentes da escola, onde seja apresentado um trabalho de conscientização, seja no âmbito didático ou político. De forma geral, a instituição deve ter mudanças significativas, sempre dando importância a prática do professor, bem como ao tratamento dos alunos com limitações, pois se deve buscar atividades nas quais estejam voltadas para desenvolvimento do potencial dos mesmos, preocupada na formação crítica, para que assim os alunos com necessidades educacionais especiais saiba enfrentar suas dificuldades no seu cotidiano.

Para realização da pesquisa a escola alvo foi a E.M.E.I.E.F Maria do Carmo Gonçalves. Durante a realização da pesquisa com os 08 professores da instituição municipal foram identificados algumas questões que tornam o trabalho de inclusão mais difícil. As questões mais abordadas foram quanto a formação dos professores e sobre o apoio que os mesmo devem ter de toda equipe pedagógica. Perante essas dificuldades, observou-se que os professores sempre devem buscar uma formação continuada para assim, estarem preparados para lidar com as diferenças. É importante também, uma ação coletiva de todos os agentes da instituição para que o trabalho escolar seja realizado de forma coerente com as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Para que haja de fato a inclusão é necessário que a escola faça mudanças no seu projeto político pedagógico, pois o mesmo é de 2011, então, é imprescindível que a escola programe o seu PPP para a realidade atual, relacionando-o com a comunidade para oferecer um atendimento melhor a mesma.

Outra necessidade é que a escola ofereça ao professor apoio pedagógico, pois esse apoio poderá facilitar o processo de inclusão. É preciso também que o professor seja

comprometido com a sua formação, que se capacite, que se adquira novos conhecimentos relacionado a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, portanto, que se envolva no processo, contribuindo para um ensino/aprendizagem significativa.

Enfim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir significativamente quanto ao entendimento sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos. Que os professores possam ter uma sensibilização e conscientização sobre o tema e estejam dispostos a fazerem parte do processo de inclusão. Nesta perspectiva, a pesquisa obteve sucesso no que diz respeito aos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. P. et al. **Uma reflexão acerca do ensino de geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares**. Revista Brasileira de Educação Geográfica, Campinas, v. 3, n. 5, p. 98-118, jan./jun., 2013.
- ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. **Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias**. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005. 520 p
- BAYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 128 p.
- BARBOSA, M. S. O PAPEL DA ESCOLA: **Obstáculos e desafios para uma Educação Transformadora**. 2004. 234 f. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul faced - programa de pós-graduação em educação, mestrado – 2004.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. –Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.86 p. – (Série legislação ; n. 125)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- DELLANI, M.P; MORAES,D. N. **inclusão: caminhos, encontros e descobertas**. Vol. 7–Nº 15, 2012.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**, trad. Lourenço Filho, Edições Melhoramentos, São Paulo, 4ª ed., 1955, pp. 25.56.
- FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI nº 1, p. 5 – 20, 2008.
- FUNGGHETTO, S.S. **Criatividade e educação especial: Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. Universitas. FACE, vol. 2, nº 1. 2005.
- FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- FUMEGALLI, R. C. **inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?**. Monografia - dhe – departamento de humanidades e educação. Ijuí – RS, 2012.
- GERHARDT, Heinz Peter. Educação libertadora e globalização. In: **A pedagogia da libertação em Paulo Freire**. São Paulo: Unesp, 2001.

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 24 de novembro de 2016.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação: Inclusão e igualdade social** – São Paulo: Avercamp, 2006.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANICA, L. E. **A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão**. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação (ISSN: 1681-5653) p. 2- 9.

MAZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: MORAN, J. M; BEHRENS, M. A; MASETTO, M. T. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. p.11 - 64. (Coleção Papirus Educação)

NERI, Marcelo et. alii. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE; CPS, 2003. 250p.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 179 p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo, RS: Freevale, 2013.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial –olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.
SANCHES; I. TEODORO; A. **Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo**. Revista Portuguesa de Educação, 2007, 20(2), pp. 105-149.

SANTOS, J.R; NUNES, F. G. **O aluno com deficiência auditiva nas aulas de geografia: alguns elementos para a reflexão sobre a inclusão** - 10º encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. 2009.

SILVA, J; TAVARES. M. H; **A atuação pedagógica docente na inclusão de crianças com deficiência no ensino fundamental**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 70-86, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Questionário para os professores

Objetivo da pesquisa: Compreender dos professores para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular na EMEIEF MARIA DO CARMO GONÇALVES.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Formação básica:

Graduação: () Sim () Não - Qual:

Especialização: () Sim () Não - Qual:

Tempo de atuação no magistério: _____

Tempo de atuação como docente na escola que trabalha: _____

Tempo de inserção na comunidade em que fica a atual escola: _____

Participa de algum movimento social vinculado à docência:

() Sim () Não - Qual(is): _____

1. QUESTIONÁRIO

1- Qual a sua concepção acerca da educação inclusiva?

2- Enquanto educador o que nos diz sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

3- Tem alguma experiência com inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular? Se sim, como foi essa experiência?

4- A formação dos professores contempla as competências necessárias para lidar com a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

5- A instituição de ensino viabiliza meios para a efetivação do trabalho com alunos que possuem necessidades especiais na sala de aula?

6- Quais métodos são mais eficazes para que haja de fato a inclusão desses alunos?

7- Quais suas maiores dificuldades para realizar o trabalho de inclusão?

8- Você enquanto educador (a) sugere algo para que o processo de inclusão torne-se mais significativo no ambiente escolar? Cite exemplos, por favor.

9- As políticas educacionais oferecem condições para a realização da Educação Inclusiva na escola?

ANEXOS

ANEXO A- ESTRATÉGIAS DO PNE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Estratégias:

4.1. contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2. promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3. implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4. garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5. estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos(as) professores da

educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6. manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7. garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do sistema braile de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8. garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9. fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários(as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.10. fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11. promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.12. promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.13. apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores(as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores(as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14. definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15. promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de zero a dezessete anos;

4.16. incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17. promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18. promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19. promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

ANEXO B – EDUCAÇÃO ESPECIAL NA E.M.E.I.E.F MARIA DO CARMO GONÇALVES BOM JESUS – PB.

14

A escola pretende organizar no início de 2011 um levantamento com o objetivo de conhecer os desejos, anseios e preocupações que estes jovens têm ao retornar os bancos escolares. Esse levantamento busca aproximar alunos e professores para um planejamento coerente com as necessidades desse aluno que tem um histórico escolar comprometido pela repetência, reprovação ou evasão.

Nessa perspectiva, a EJA tem a função de incluir toda a população acima de 15 anos contribuindo para a sua formação e o aperfeiçoamento do exercício da cidadania.

2.8.5 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico- PPP institui oferta do AEE, prevendo na sua organização:

- I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;
- VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente as atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximize o AEE.

No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa tem como objetivos:

- Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
- Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

• JUSTIFICATIVA

O presente documento pretende ser a sistematização de um amplo processo de reflexão desenvolvido pela escola municipal Maria do Carmo Gonçalves na reconstrução do seu Projeto Político Pedagógico. Ele armazena

os dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da escola. Foi elaborado com a participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar, embora a participação desejada nem sempre é possível. É uma prática que vai sendo construída e reconstruída no processo de envolvimento das pessoas.

O Projeto Político Pedagógico inicia-se a partir de um ideal e caminha passo a passo até transformar-se em realidade. Ele é diferente de um planejamento pedagógico. Trata-se de um conjunto de princípios que norteia a elaboração e a execução dos planejamentos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, põe em questão a construção do Projeto Político Pedagógico, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo-técnico administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. Como nos mostra os artigos abaixo:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidas;
- IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – Promover para a recuperação dos alunos de melhor rendimento;
- VI – Articular-se com a família e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – Informar pai e mãe, convivente ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos bem como a execução da proposta pedagógica; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009);
- VIII – Notificar o Conselho Tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas à cima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (incluído pela Lei nº10.287, de 2001).

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaboração e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação a ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a instituição organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida, o que implica também repensar a estrutura de poder da instituição educacional.

“Apresentando este texto, querendo lembrar as palavras poéticas de Antonio Machado:” caminhante são tuas marcas no campo e nada mais. Caminhante não tem caminho, faz o caminho caminhar. E ao olhar para trás vê o caminho senão rastros que ficaram no mar”.

Um projeto Político Pedagógico em sua fase de construção e reconstrução abre a possibilidade de toda uma comunidade educacional repensar sua caminhada e suas formas de andar por esses caminhos. Mais: o processo permite que, além do pensar, as pessoas possam produzir reflexão, isto é, sejam capazes de pensar sobre o próprio pensamento na busca de sua fundamentação.

Nesse processo o pensamento revisa a si próprio e é, então, a oportunidade de se acabar com idéias e práticas que têm mais sentido no atual contexto institucional e dê propor idéias e práticas inovadoras que possam corresponder aos novos anseios da comunidade.

O Construtivismo como uma teoria interacionista vai nos dar como ponto de referência, o pressuposto fundamental de que o indivíduo é o centro do seu próprio percurso em direção ao conhecimento que é um processo de re-elaboração, de construção.

Vigotsky explica essa construção através do mecanismo de internalização. Para ele, “no desenvolvimento cultural da criança, todas as funções ocorrem duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica) e depois no interior da criança (intrapsicológica)” (Vigotsky, 1984, p. 64).

Construtivismo não é uma proposta pedagógica, tampouco é uma metodologia é um princípio. Toda prática pedagógica se baseia em uma determinada concepção do processo de aprendizagem.

A Escola Municipal Maria do Carmo Gonçalves atendendo aos objetivos traçados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 da Educação Nacional, para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, tem como proposta pedagógica demonstrar o compromisso com a pessoa humana, que ao entrar para a escola já faz parte da comunidade escolar, onde têm direitos e também deveres. Procuramos oferecer um ensino de boa qualidade social ao nosso alunado.

O Projeto Pedagógico fundamenta-se nos princípios assumidos e se concretiza no compromisso e na ética do educador como elemento pertinente a uma equipe responsável pela formação consciente do cidadão.

Atualmente muito se fala em desenvolvimento de competências. Desenvolver competências pressupõe assumir uma pedagogia ativa e cooperativa em sala de aula, trabalhar com resoluções de problemas e com projetos, propor tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos. A escola passa a ser um lugar onde o aluno tem direito a ensaios e erros, onde possa expor suas dúvidas, explicitar seus raciocínios e tomar consciência de como se aprende, permitindo tornar visíveis os processos, os ritmos e os modos de pensar e de agir.

Sendo que a escola existe em função do aluno, há uma necessidade de detectar o problema e a resolução a quem de direito tornou-se motivo de preocupação. Pois constatamos que houve um número considerado de evasão no período noturno, tende-se buscar por soluções com os alunos e corpo docente.

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária, podendo assim ser entendido: como um produto provisório de um processo contínuo.

• MARCO TEÓRICO – METODOLÓGICO

*“O processo de ensino- aprendizagem
Inclui sempre aquele que aprende,
aquele que ensina e a relação entre
essas pessoas”. VYGOTSKY (1896 –
1934)*

A escola atual é resultado do pensamento da modernidade (Hegel e Marx). O professor, portanto, como defendem Santos e Paraiso (1996, p.37), precisa atentar para o fato de que “o currículo constrói identidade e subjetividade: junto, com os conteúdos das disciplinas escolares e também se adquirem na escola percepções, disposições de valores que orientam os comportamentos e estruturam personalidades”.

Segundo Antonio Flaviô Moreira, o currículo representa uma percepção do momento histórico, ao analisá-lo como um conjunto de concepções, conteúdos e conhecimentos que se ensinam e que se aprendem. O currículo representa assim, o projeto a ser desenvolvido pela prática, um instrumento sistematizador do processo escolar, que por si só representa uma prática de relação de poder, produção, significação e por que não dizer de identidade social.

Rogers acredita numa força interna para aprender. O professor e as condições ambientais organizadas com o fim de promover a aprendizagem constituem a força externa, capaz de tornar significativos conhecimentos até então não percebidos pelo indivíduo.